



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 251
02/04/10 a 08/04/10¹**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP): André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento;

Mestrandos em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP); Adriana Suzart de Pádua;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Beatriz Flório Pereira, Bruna Hunger Ribeiro (bolsista CNPq), Camila Cristina Ribeiro Luis, Celeste de Arantes Lazzerini (Bolsista PAE-Santander), Felipe Garcia Moreira, Fernanda Nascimento Marcondes Machado, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (bolsista CNPq), Raphael Camargo Lima, Sarah Machado.

¹ No dia 05 de abril não houve notícias de Política Externa.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Estados Unidos busca acordo para evitar sanções brasileiras

No dia 1 de abril, a vice-representante de Comércio da Casa Branca, Miriam Sapiro, encontrou-se com o secretário-geral de Relações Exteriores brasileiro, Antônio Patriota, para discutir a proposta estadunidense que visa substituir a aplicação de sanções brasileiras a 102 de seus produtos no dia 7 de abril. As negociações foram fruto dos subsídios ao algodão realizados pelo governo estadunidense que legitimaram o Brasil, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a aplicar sanções. No dia 5 de abril, o governo brasileiro decidiu adiar até o dia 22 de abril o processo de retaliação aos Estados Unidos. Em contrapartida, o Itamaraty almeja um aumento dos juros e um menor prazo para o pagamento dos empréstimos dados aos produtores estadunidenses. Além disso, propõe a criação de um fundo conjunto para ajudar a competitividade do algodão brasileiro (Correio Braziliense – Economia – 06/04/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/04/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/04/2010; Correio Braziliense – Economia – 07/04/2010; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/04/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios - 07/04/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios - 08/04/2010).

Brasil propôs à China produção conjunta de etanol

Em visita oficial à China, o vice-ministro para Energia e Alta Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, embaixador André Amado, apresentou a proposta de realização de projetos conjuntos para a produção de etanol em países africanos ou asiáticos. Em Pequim, o embaixador declarou que os chineses demonstraram preocupação com a produção de alimentos durante as discussões, mas disse que o vice-presidente da Academia de Ciências da China comprometeu-se em estudar o assunto. Segundo Amado, o Brasil já tem um acordo com os Estados Unidos para a produção de etanol em países da América Central, Caribe e da África. Afirmou também que há projetos conjuntos com a União Europeia e o Japão. A fabricação de etanol em terceiros países faz parte do esforço brasileiro para ampliar o uso internacional do produto e transformá-lo em uma commodity (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/04/2010).

Brasil fez ressalvas à criação de bancos de urânio

O ministro de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, declarou temer que a criação de bancos multilaterais de enriquecimento de urânio e de produção de combustível nuclear – promovida por Estados Unidos, Europa e grupos antiproliferação – torne-se um empecilho à possibilidade de que, no futuro, o Brasil seja exportador do combustível ou prestador do serviço. Já Santiago Mourão, chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis



Observatório de Política Exterior do Brasil

do Itamaraty, afirmou que a discussão ainda não afeta diretamente o país. No entanto, ressalta duas condições primordiais: que os bancos não interfiram no mercado já existente, que é supervisionado pelo Grupo de Fornecedores Nucleares, do qual o Brasil faz parte, e que não cerceiem os direitos inscritos no Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/04/2010).

Amorim afirmou que Brasil não precisa de arma nuclear para ser potência

No dia 5 de abril, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, declarou que o Brasil não tem o objetivo de se tornar uma potência bélica nuclear. Segundo o chanceler, isso tornaria o Brasil mais inseguro e alvo de outras potências nucleares. Amorim declarou que acha possível o Brasil tornar-se uma potência do século XXI sem armas atômicas. O ministro afirmou que o ingresso de membros permanentes que não possuem armas nucleares no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) favoreceria o desarmamento atômico no mundo (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/04/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/04/2010).

Amorim pediu cooperação ao Irã

No dia 6 de abril, o chanceler Celso Amorim, em audiência na Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, advertiu que o Irã deveria flexibilizar suas posições, cooperar da forma mais extensiva possível em favor de um acordo e aceitar a presença de inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em suas instalações nucleares. Aos senadores, o chanceler insistiu que o Brasil é a favor da paz e de uma solução negociada que possa evitar a imposição de sanções da Organização das Nações Unidas ao país (Folha de S. Paulo – Mundo – 07/04/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/04/2010).

Concluído acordo de Defesa entre Brasil e EUA

No dia 7 de abril, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou que o Brasil e os Estados Unidos concluíram um acordo de cooperação na área de Defesa. O documento visa orientar a relação militar bilateral e não inclui a instalação de bases ou prevê a compra de equipamentos militares dos norte-americanos. Além disso, o acordo contemplou a “cláusula de garantias” exigida pela União das Nações Sul-americanas (UNASUL) que propaga a não intervenção, integridade e inviolabilidade territorial (Correio Braziliense – Mundo – 08/04/2010; Folha de S. Paulo – Brasil – 08/04/2010).